

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Jornal da Economia

Class.: Mineração em AEs

Data: 06/09/87

Pg.: _____

186

INDIOS Por não ver impedimento legal e desconhecer a possibilidade de ação predatória, o presidente da Funai, Romero Jucá, insiste na exploração de minérios nas áreas indígenas. Para ele, essa exploração do subsolo "pode assumir formas de interesse social, que melhorem as condições de vida da tribo e façam com que o País não perca riquezas". Jucá denuncia que a ação dos lobbies e o confronto estão substituindo a análise isenta e o diálogo.

Funai insiste em abrir a mineração em terra de índios

"A exploração do subsolo em áreas indígenas pode assumir formas de interesse social, que melhorem as condições de vida da tribo e façam com que o País não perca as riquezas lá situadas." A opinião é do presidente da Funai, Romero Jucá, que alega que "os próprios índios estão divididos sobre a questão, só que até agora não foram ouvidos de verdade".

Jucá defende a possibilidade legal de exploração de minérios nas áreas indígenas, mas não conhece nenhum caso hoje existente em que esta atividade não assuma formas predatórias. "Mas não são empresas que estão lá, e sim a garimpagem, pior forma de exploração, que inclusive é ilegal", argumenta.

A Funai tem enfrentado problemas de invasão e exploração ilegal das terras indígenas, em especial na reserva dos Yanomani, próxima à fronteira com a Venezuela. A proibição dos vãos sobre a área e a restrição do fornecimento de alimentos aos garimpeiros, em torno de 150, lá situados, estão sendo as formas de pressão utilizadas. Perguntado sobre as empresas que poderia estar por trás das invasões, Jucá não respondeu: "Investigações ficam a cargo da Polícia Federal, não da Funai", alegou.

A exploração de madeira em Mato Grosso e a pre-

sença de 10 mil garimpeiros na área Kayapó, no Pará, tem resultado em conflitos permanentes com os índios. "É o que acontece sempre que tribos pouco aculturadas entram em contato com setores despreparados para o trato com os indígenas", lamenta o presidente da Funai.

No Rio, para o lamento do II Festival Latino-americano de Cinema de Povos Indígenas, o presidente da Funai se declarou preocupado com as possíveis conclusões da Constituinte. Para ele, a ação dos lobbies e o confronto estão substituindo a análise isenta e o diálogo construtivo. Como resultado, tanto o anteprojeto saldo da Subcomissão de Direitos e Garantias quanto o substitutivo Bernardo Cabral desagradam a Romero Jucá.

O anteprojeto da subcomissão conferia, na opinião de Jucá, direitos para os índios inalcançáveis pelo resto da sociedade brasileira, "gerando um conflito latente entre os duzentos mil índios e os 120 milhões de brasileiros restantes". Entre estes direitos "exagerados", na aceção de Jucá, a intocabilidade do subsolo indígena, o reconhecimento das etnias indígenas como nações e a continuação da irresponsabilidade civil, segundo o qual os índios não respondem plenamente por seus atos.

Jucá culpa entidades de apoio à comunidade

Jucá põe a culpa das falhas que aponta no anteprojeto à ação da UNI-União das Nações Indígenas e do Cimi — Conselho Indigenista Missionário. "Nação indígena é idéia de branco, o índio não-aculturado não pensa nisso", ataca. Jucá acha absurdo que não se explore o subsolo das áreas indígenas "por temor a uma corrente antropológica ou política".

Mesmo as falhas do substitutivo do relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, apontado como um projeto mais conservador, são atribuídas por Jucá em grande parte do Cimi e da Funai. "A cada ação corresponde uma reação, e o sectarismo destes órgãos facilitou a recomposição dos setores mais conservadores, por ora vitoriosos e ameaçando conquistas já consolidadas, como a demarcação progressiva das terras indígenas ou o direito das tribos de decidirem sobre a exploração de seu subsolo", ataca o presidente da Funai.

Magado, Romero Jucá reclama que a Funai foi o único setor a ser esquecido pela Constituinte, mesmo sendo o órgão encarregado da proteção aos índios. O interesse da direção do órgão, segundo seu presidente, era subsidiar com dados e sugestões os trabalhos da

Constituinte. "Ninguém falou em projeto algum sobre realocação prioritária nos projetos de reforma agrária para os colonos situados em áreas indígenas, por exemplo, e isto era fundamental para minorar os conflitos", reclama. Outra queixa de Jucá foi a ausência de uma definição sobre os recursos para a demarcação das reservas e a permanência da irresponsabilidade civil. "Impunidade não resolve o problema do índio, atacou. Por fim, ele ironizou o protesto do presidente da UNI, Ailton Krenaki, contra o anteprojeto do relator Bernardo Cabral: "Se pintar o rosto de preto resolve-se alguma coisa, eu já tinha pintado o meu logo que entrei para a Funai".

■ Belém — A compra de ouro na Serra Pelada esteve interrompida por algumas horas na sexta-feira, depois da prisão de seis funcionários da Potipará, uma empresa que presta serviços para a Caixa Econômica, compradora oficial do garimpo. Eles foram presos pela Polícia Federal acusados de enganarem os garimpeiros, alegando um grau de impureza no ouro maior que o existente e, por isso, pagando um preço menor. Os demais funcionários chegaram a deixar Serra Pelada mas ainda na sexta-feira foram substituídos por outros.